



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0024569-02.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Carla Graziela Alonso dos Santos**
 Requerido: **Cia Paulista de Força e Luz**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

CARLA GRAZIELA ALONSO DOS SANTOS ajuizou, conforme se conclui da leitura da inicial, ação declaratória com pedido de indenização por danos morais em face da **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL**, requerendo, em razão dos fatos expostos na inicial – cobrança de dívida anterior ao início da relação jurídica entre as partes, pelo que se pode concluir da leitura sistemática da inicial: a) a declaração da inexigibilidade de débitos anteriores a dezembro de 2011; b) a condenação do réu em danos morais e nas verbas da sucumbência. Juntou documentos.

O pedido de antecipação dos efeitos da tutela foi deferido (fl. 24).

Citado, o réu contestou (fls. 35/46), sustentando que a dívida cobrada é decorrente de termo de confissão de dívida assinado pela autora, refutando os fatos e fundamentos jurídicos do pedido e requerendo a improcedência. Juntou documentos.

Réplica as fls. 62/66.

Na decisão de fls. 67/67vº foi determinada a produção da prova pericial, seguida de manifestações das partes as fls. 68/70 e 72.

Laudo pericial as fls. 116/125, seguido de manifestação da partes as



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

fls. 129 e 133/135.

O perito prestou esclarecimentos as fls. 142/146, seguindo-se novas manifestações das partes as fls. 148 e 151/152.

Memoriais as fls. 158/159 e 163/173.

É o **RELATÓRIO**.

Passo à **FUNDAMENTAÇÃO** e **DECIDO**.

Os pedidos são procedentes.

Inicialmente, observo que não foi impugnada a alegação da autora de a titularidade das contas de consumo somente foram transferidas para o seu nome em dezembro de 2011.

No mais, vislumbra-se do laudo pericial de fls. 116/125 e esclarecimentos de fls. 142/146, que o termo de confissão de dívida juntado as fls. 54/57 não foi assinado pela autora, tratando-se negociação fraudulenta, cabendo a declaração da inexistência de qualquer relação jurídica entre as partes em período anterior a 2011, devendo as dívidas anteriores ser cobradas do antigo titular da unidade de consumo.

Cabível ainda a condenação em danos morais - verificada a ocorrência de fatos que certamente trouxeram grandes desconfortos à parte autora, com o apontamento do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito (fl. 12).

Como não existem critérios objetivos capazes de valorar o dano sofrido, o Excelso Superior Tribunal de Justiça vem entendendo que a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

indenização por dano moral “*deve ser fixada em termos razoáveis, **não se justificando que a reparação venha a constituir-se em enriquecimento indevido, com manifestos abusos e exageros**, devendo o arbitramento operar com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa e ao porte econômico das partes, **orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso. Ademais, deve procurar desestimular o ofensor a repetir o ato**”* (REsp nº 245.727/SE, Quarta Turma, relator o Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, j. em 28.3.2000, Diário da Justiça de 5.6.200, p. 174).

No caso dos autos, o valor da indenização deverá corresponder a R\$ 10.000,00, montante que bem indeniza a vítima e serve de freio inibitório à ré para que, no futuro, seja mais diligente.

Diante do exposto e do mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTES** os pedidos, nos termos do art. 487, inciso I do Código de Processo Civil, para o fim de **DECLARAR** a inexigibilidade de qualquer débito entre as partes anterior a dezembro de 2011, em relação à unidade consumidora descrita na inicial, devendo as cobranças anteriores ser realizadas junto ao antigo titular da unidade de consumo e **CONDENAR** a ré ao pagamento da quantia de R\$ 10.000,00 a título de danos morais, conforme acima fundamentado, devidamente corrigida desde a data do primeiro apontamento indevido em órgão de proteção ao crédito (22/01/2009 – fl. 12), e acrescida de juros de mora de 1,0% ao mês desde a mesma data, nos termos das Súmula 43 e 54 do STJ.

Responderá a ré pelo pagamento das custas e despesas processuais, bem como aos honorários advocatícios em favor do patrono da autora, estes fixados em 15% do valor total da condenação atualizado, nos termos do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

P.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 14 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**